

## **43º Encontro Anual da Anpocs**

SPG23 Processos de ocupação territorial e concentração fundiária no Brasil: formas de controle da posse e do uso da terra, conflitos e (re)produção de relações sociais nos espaços rurais

1

Retomada e resistência – Uma análise das retomadas de terra realizadas pelo povo Terena na Terra Indígena Buriti, Mato Grosso do Sul

Autora: Marina de Barros Fonseca

---

<sup>1</sup> Mestranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília – PPGAS/UnB.

*“Nesse nosso estado o que vale mais mesmo é o boi e a soja, mais do que nos indígenas”*

*Eu cai e não conseguia me mexer, eu estava com um chapéu bem grande de palha e ele caiu na minha vista assim que nem dava para ver nada. Aí eu senti um molhado e uns passos chegando perto aí um dos jagunços falou “eita, vamos embora daqui porque eu matei um índio” só que eu não estava morto, só fingi que estava para ele não dar mais tiro. Deu um tempo e eu pensei que ia morrer então os companheiros chegaram e me botaram na caçamba da caminhonete. Eles foram tentar me levantar eu já não sentia direito as pernas, eles me olharam de frente e falaram que eu não tinha tomado tiro não. Quando olharam as minhas costas viram que estava com sangue e correram comigo para o hospital. (Josiel Terena, Aldeia Buriti, 2016)*

A cena descrita acima foi retirada de uma entrevista realizada com o Terena Josiel, na qual ele conta o que ocorreu durante um dos ataques realizados por jagunços a retomada Buriti em 2013 e que resultou em uma bala alojada na coluna e uma vida na cadeira de rodas, pois ficou tetraplégico. É essencial manter essa fala em mente ao analisar a situação de retomada.

O objetivo desse artigo é compreender a importância das diferentes estratégias de resistência dos Terenas para barrar o avanço da fronteira agropecuária em seus territórios e a forma como elas dialogam entre si fortalecendo os laços étnicos e as alianças indígenas de diferentes etnias e regiões. É, também, entender como a retomada de terra ultrapassa seu significado de estratégia política de resistência e se torna um novo processo de territorialização dos Terenas de Buriti, dando novos contornos a seu território e readaptando sua organização social e relações com a terra e o Estado, processo esse dirigido pelos próprios indígenas com base em suas demandas e em seu protagonismo étnico.

## **Introdução**

A luta por terras se confunde com a história do Brasil, pois desde a chegada dos Portugueses ocorre um intenso processo de espoliação das riquezas dos povos que aqui habitavam, principalmente de suas terras. Com o avanço do capital, e da fronteira agropecuária essencial para sua manutenção, o processo de expulsão de indígenas das suas terras de ocupação tradicional se intensificou para a instalação de plantations, pastos e outros empreendimentos agropecuários, e com isso houve um intenso acirramento dos conflitos. Na região centro-oeste estes conflitos se tornam bem evidentes de meados do século XX para cá devido à importância econômica da produção da região e o intenso processo de resistência dos indígenas frente ao avanço do agronegócio sobre suas terras.

Os dados aqui tratados são fruto de uma pesquisa etnográfica realizada para a elaboração de minha monografia de graduação na aldeia Buriti entre os meses de outubro e novembro de 2016, da participação nas 9ª e 10ª Grandes Assembleias do Povo Terena, realizadas respectivamente na TI Tauny/Ipeg e na TI Buriti (ambas no Mato-Grosso do Sul) em novembro de 2016 e junho de 2017, e da participação nas edições de 2017, 2018 e 2019 do Acampamento Terra Livre em Brasília.

Minha entrada em campo se deu sob uma condição colocada pelo cacique que é a de não usar o nome de parte dos guerreiros, pois a perseguição por eles sofrida tanto pelo Governo quanto pelos fazendeiros locais é intensa e continua a ocorrer. Por isso parte dos nomes utilizados nesta monografia foram alterados para preservar a identidade e a segurança dos guerreiros e guerreiras Terenas, todos os nomes que foram alterados estão devidamente sinalizados. Outra condição foi a divulgação dos ataques que a aldeia e os Terena vem sofrendo nos últimos anos.

O presente artigo é dividido em uma caracterização do estado do Mato-Grosso do Sul, uma breve análise dos três processos de territorialização sofridos pelos Terena de Buriti e uma análise dos seus processos de resistência ao avanço da fronteira agropecuária as suas terras de ocupação tradicional.

## **Mato-Grosso do Sul: Boi, soja e bala**

O estado do Mato Grosso do Sul possui a segunda maior população autodeclarada indígena do país (cerca de 77 mil pessoas), ficando atrás apenas do Amazonas (cerca de 183 mil pessoas)<sup>2</sup>. De acordo com o antropólogo Levi Marques os ancestrais da atual população terena se radicaram no território do atual estado de Mato Grosso do Sul desde pelo menos a segunda metade do século XVIII, conforme registram inúmeras fontes históricas (PEREIRA, 2009). Apesar de não ser o estado com a maior população indígena do país, 41,19% dos casos de assassinatos de indígenas ocorridos entre 2003 e 2017 ocorreram lá, deixando clara a relação entre importância econômica e aumento da violência contra povos originários, principalmente no Mato Grosso do Sul, como é colocado por Andrey Ferreira:

As atividades econômicas regionais são profundamente marcadas pela importância do setor do agronegócio, especialmente das atividades agropecuárias, potencializando os conflitos territoriais e agrários. O setor agropecuário do Mato Grosso do Sul é chave para a economia. (FERREIRA, 2013. Pag. 92).

Dados concretos e confiáveis sobre violência contra povos indígenas são difíceis de obter, muitas mortes não são notificadas ou não são categorizadas como um ataque a indígena. O Conselho Indigenista Missionário - CIMI explicita em seu Relatório Violência contra povos indígenas no Brasil as dificuldades de analisar os dados fornecidos pela SESAI devido sua superficialidade, como pode ser visto a seguir:

Em resposta, a Sesai encaminhou um ofício em que reconhece que os dados enviados são defasados: “os dados ainda carecem de melhor qualificação, tanto por não considerar as informações do FormSUS, quanto por deficiência que ainda persiste na alimentação do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (Siasi) e na própria qualificação dos dados, conforme foi justificado”.  
[...]

Estes dados, no entanto, não permitem uma análise mais aprofundada, visto que não foram apresentadas informações detalhadas das ocorrências, tais como faixa etária das vítimas, localidade, povo, etc. A fragilidade destes dados dificulta

---

<sup>2</sup> Censo Demográfico do IBGE 2010.

uma clara percepção da autoria dos homicídios, se eles tiveram como pano de fundo a disputa pela terra ou, nesse sentido, se são consequência do fato dos indígenas não estarem vivendo em seus territórios tradicionais. (Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil – 2015. pag. 83)

A região Centro-Oeste tem um papel central na economia do país, concentrando 40,8% da produção agrícola nacional, sendo que o estado que possui o 3º maior rebanho bovino do país. A produção agropecuária tem um papel chave na economia do estado, e é importante destacar que a maior parte das terras estão concentradas nas mãos de poucas pessoas, cerca de 78% das terras do estado estão concentradas em 14% dos estabelecimentos agrícolas.

O agronegócio foi responsável por 95,2% das exportações do Mato Grosso do Sul em 2016 sendo a soja o principal produto, o estado é também o terceiro maior produtor de milho do país. Tamanha importância na economia nacional se reflete na morosidade nos processos de demarcação de terras indígenas no estado e nos constantes conflitos na região. A terra é vista pelos fazendeiros e empresários do agronegócio como um recurso escasso que deve ser explorado (muitas vezes até além de seu limite) para a geração de lucro e manutenção do sistema capitalista e do papel que o Brasil ocupa no sistema mundo do capital. A terra é encarada como um bem que pode ser trocado e do qual se possui posse individual (seja de pessoa física ou jurídica) que é certificado por documento lavrado em cartório. Para os Terena a terra possui uma dimensão simbólica, afetiva e histórica, ela é parte do indígena e o indígena é parte inseparável dela. Ela é construída ao longo dos anos e eles se constroem junto a ela, respeitando seus processos, a preservando, retirando o necessário e a agradecendo por seus frutos, a terra é algo mutável que necessita de cuidados e que influencia diretamente na vida do indígena.

O maior foco dos conflitos entre indígenas e fazendeiros no MS na atualidade é a região de Dourados, cidade a cerca de 200 km da capital Campo Grande, onde estão concentradas as terras dos Guarani-Kaiowa. Os indígenas foram alocados em pequenas reservas muito próximas das fazendas da região (que estão dentro de seu território de ocupação tradicional e que estão sendo retomadas pelos indígenas) o que ocasiona diversos ataques contra esses

povos até mesmo dentro de suas terras já homologadas. Suas retomadas tem condições extremamente precárias e os conflitos são mais muito mais constantes que os que ocorrem com os Terena, sendo constantes as notícias de atropelamentos intencionais nos acampamentos nas beira de estrada e assassinatos de lideranças.

### **Terra Indígena Buriti e os processo de territorialização lá ocorridos**

A Terra Indígena Buriti está localizada a cerca de 20 quilômetros do município de Dois Irmãos do Buriti e se estende também para o município de Sidrolândia, a TI é dividida entre as seguintes aldeias: Buriti, Córrego do Meio, Água Azul, Recanto, Barreirinho, Oliveira, Lagoinha e Olho D'Água. Meu campo foi realizado na aldeia Buriti, que é dívida em vilas baseadas em troncos familiares<sup>3</sup> sendo elas: Isabel, Tarumã, Cará, Cruzeiro, Varjão, Nossa Sr. <sup>a</sup> Aparecida, Cerradinho, Ouro Verde, Gabriel e Buritizinho. A definição de aldeia para os Terena é colocada por Jorge Eremites de Oliveira e Levi Pereira como:

O conceito de aldeia usado pelos Terena de Buriti tem o sentido de uma rede dinâmica de relações sociais, histórica e espacialmente definidas dentro de um mesmo território. Eles geralmente se referem à ideia de “aldeia” como o lugar ocupado por um ou mais “troncos familiares. (OLIVEIRA & PEREIRA, 2007. Pag. 9)

A TI Buriti compreende uma área de 17.200 hectares já declarados pela FUNAI, mas tendo apenas 2.090 ha homologados pelo governo federal. As retomadas realizadas desde 2003 foram todas realizadas na área de cerca de 15.110 ha ainda não homologadas pelo governo, mas já reconhecidas enquanto terras de ocupação tradicional pelo relatório antropológico feito por Gilberto Azanha em 2001.

Os Terenas da atual região de Buriti passaram por três grandes processos de territorialização: o primeiro foi durante e logo após a guerra da Tríplice Aliança/Paraguai ocorrida entre anos de 1864 e 1870; o segundo nas décadas de 1920 e 1930 devido a política oficial de aldeamento do SPI; e o

---

<sup>3</sup> Tais “troncos familiares” podem ser entendidos como unidade de ocupação, quer dizer, espaços ocupados por unidades familiares ligadas por laços de parentesco, aliança e reciprocidade. ” (OLIVEIRA & PEREIRA, 2007.)

terceiro e atual processo é a “situação das retomadas”. O conceito de territorialização é, nas palavras de João Pacheco de Oliveira:

[...]um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado. (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998. Pag. 9).

O marco do primeiro processo de territorialização dos Terena de Buriti foi a Guerra da Tríplice Aliança/Paraguai ocorrida entre os anos de 1864 e 1870, que foi um conflito armado que ocorreu entre a tríplice aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) e o Paraguai. Durante a guerra o sul da província do Mato Grosso (atual estado do Mato Grosso de Sul) foi invadido por tropas paraguaias forçando uma dispersão territorial dos Terenas, sendo uma das principais rotas de fuga a região da Serra de Maracaju.

As rotas de fuga eram montadas com bases nos laços de parentesco que existiam nas grandes aldeias e, principalmente, nas pequenas aldeias que eram pouco conhecidas pelos não-indígenas da região e que acabavam se tornando locais mais seguros durante o conflito. Na região onde atualmente estão os municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti já existiam pequenos agrupamentos indígenas desde o período pré-guerra, porém o fluxo de pessoas na aldeia sofre alterações no decorrer do conflito o que levou a uma mudança na configuração (territorial e social) das aldeias, como é colocado por Jorge Eremites:

Com o advento do conflito bélico eles passam a receber sucessivas levadas migratórias provenientes da região do Pantanal, cuja rota de fuga acompanhou os cursos d'água permanentes, como córregos da bacia Buriti... (OLIVEIRA & PEREIRA, 2007. Pag. 11)

Os Terenas da região tiveram uma participação ativa no conflito, inclusive com resistência armada às tropas de Solano López (comandante paraguaio) no período inicial da guerra, além de servirem como guias às tropas imperiais e as alimentarem nos constantes momentos de fome. Alguns Terenas se dirigem ao

período pós-guerra como “tempos de servidão” devido a perda de seus direitos básicos, como é colocado por Levi:

O tempo de servidão inicia-se após a Guerra do Paraguai (1864-1870), quando perdem o direito de disporem de espaço para a construção de suas aldeias, tendo de viver de favor nas fazendas de agricultura e criação de gado. (PEREIRA, 2009. Pag. 27)

Muitas famílias permaneceram na região da Serra do Maracaju após o término do conflito, trabalhando e morando dentro das fazendas que se formaram na região durante esse tempo de servidão. Ainda nos primeiros momentos da República, o governo central transferiu terras indígenas não tituladas para o Estado de Mato Grosso, incluindo extensões do território terena na Serra de Maracaju (OLIVERA e MARQUES, 2007). Essas terras foram classificadas como devolutas pelo Estado, contrariando a Lei de Terras de 1850<sup>4</sup> que estava em vigor, e as vendeu para terceiros acelerando o processo de espoliação das terras indígenas em todo o Brasil e com consequências graves na região do atual estado do Mato Grosso do Sul. A venda dessas terras à terceiros por parte do Estado criou um falso respaldo legal aos fazendeiros que afirmam ter posse sobre terras indígenas.

A Lei de Terras define terras devolutas como “aquelas que não estão sob domínio dos particulares, sob qualquer título legítimo, nem aplicadas a algum uso público federal, estadual ou municipal”, porém esta legislação excluía da categoria de aquelas “onde existirem hordas selvagens” pois pertenciam reservadamente ao Estado e como tais deveriam ser medidas e demarcadas (AZANHA, 2005). Porém não indígenas interessados em adquirir territórios de ocupação tradicional se valiam de brechas existentes na legislação para que essas terras fossem encaradas como devolutas, como podemos ver na seguinte passagem:

Aos poucos, os foreiros e arrendatários começavam a pressionar as Câmaras Municipais e os próprios Governos Provinciais para obter os terrenos dos índios. Sob o pretexto de que eles haviam abandonado o local ou se achavam 'confundidos com a massa da população' - essa população que havia sido

---

<sup>4</sup> Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850



introduzida pelo próprio sistema de aforamento e arrendamento - [...]muitos aldeamentos foram extintos. (CUNHA 1987, p. 69-70).

O segundo processo de territorialização ocorre com a implementação da política oficial de aldeamento pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) entre as décadas de 1920 e 1930, que reúne troncos familiares de diversas regiões da Serra do Maracaju junto com os Terenas que há muito estavam assentados em Buriti. Nesse período foram demarcados 2.090 ha para os indígenas, uma enorme redução frente ao território que era originalmente ocupado.

A constituição de reservas indígenas se tornou política oficial do SPI e foi sendo aos poucos aplicada em todas as regiões do país, um dos problemas principais deste processo foi a forma como esses territórios foram demarcadas ignorando os limites dos territórios de ocupação tradicional, reduzindo drasticamente o espaço para a reprodução da vida deste povos praticamente acabando com os espaços para caça, plantio e até a construção de novas residências. Roberto Cardoso de Oliveira descreve este processo como de dupla finalidade:

Assim, a constituição das Reservas Indígenas alcançaria uma dupla – e, em certo sentido, contraditória – finalidade: a) a defesa das terras tribais, embora apenas uma pequena parcela do antigo território aborígene; b) a institucionalização da atomização, alienando-se, simultaneamente, a autonomia política tribal, que no plano externo das relações intercomunitárias, quer no plano interno das relações intracomunitárias. (OLIVEIRA, 1988)

Na análise de João Pacheco de Oliveira as demarcações de terra feitas pelo SPI tinham, entre outros objetivos, criar uma reserva de mão de obra barata, como podemos ver no seguinte trecho:

Várias demarcações realizadas pelo SPI são absolutamente ineficazes, se vistas como mecanismo para conter a atomização dos antigos territórios tribais e evitar a futura proletarização maciça dessa população. Isso é mais flagrante em Mato Grosso do Sul, onde são constituídas 13 reservas que abrangem pouco mais de 31 mil ha, contando com uma população indígena numerosa. [...]

Em tais casos as áreas estabelecidas pelo SPI são muito menos uma reserva territorial do que uma reserva de mão-de-obra, passando a ser uma característica

dessas regiões formas temporárias de trabalho assalariado (a “changa”, o “trabalho volante”, e etc.) pelas quais o índio tenta reassegurar sua produção econômica, inviável se limitada apenas à condição de produtor agrícola. (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998. Pag. 34)

Com o aumento da população da aldeia a insatisfação com os limites da aldeia foi se intensificando e se tornando cada vez mais necessário reaver seus territórios de ocupação tradicional, ficou claro também que o processo de espoliação de suas terras não seria revertido voluntariamente pelo o Estado. As lideranças de Buriti então pressionaram a FUNAI para que seu território de fosse demarcado e homologado e a realização de um novo estudo antropológico para embasar o pedido, reivindicação que foi atendida no final do ano 2000 com a constituição de um grupo de trabalho (GT) na FUNAI. O resultado do trabalho do GT foi apresentado no *Relatório Antropológico para a Redefinição dos Limites da Terra Indígena Buriti*, datado de maio de 2001 e posteriormente publicado pela editora da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), nele constam os resultados da perícia antropológica, histórica e arqueológica da área pleiteada pelos Terenas como território de ocupação tradicional que deveria integrar a Terra Indígena Buriti.

Alguns meses antes de suas demandas começarem a ser atendidas pela FUNAI teve início o terceiro, e atual, processo de territorialização dos Terenas de Buriti: a situação de retomada. Três fazendas que estavam dentro da área reconhecida como de ocupação tradicional indígena, porém ainda não demarcada, são ocupadas pelos Terenas como forma de mostrar a insatisfação com a morosidade com a qual os processos de demarcação de terras indígenas vinham sendo tocado pelo governo federal. Esse novo processo de territorialização é dirigido pelos indígenas, com origens em suas próprias demandas, materiais e simbólicas (FERREIRA, 2013) como uma forma de confrontar e resistir aos processos de territorialização que lhes impostos previamente pelo Estado e ao regime de tutela ao qual eles eram submetidos.

**“Duas semanas sem tirar a botina do pé” - A Retomada**

A retomada de terra é um processo político, simbólico, religioso e uma estratégia amplamente utilizada entre os povos indígenas do estado do Mato Grosso do Sul, sendo nos últimos anos um dos principais métodos de luta usados pelos Guarani-Kaiowa e pelos Terenas. A expropriação intensa e duradoura de suas terras foi o principal motivo para o início das retomadas, me refiro aqui a expropriação nos termos de Daniela Alarcon (2013) que caracteriza o termo como “expansão capitalista sobre terras de ocupação tradicional, visando a conversão de um território culturalmente construído em fator de produção”. A retomada de terra dos Terenas é, de forma resumida, o processo pelo qual eles reocupam suas terras de ocupação tradicionais que se encontram em posse de não indígenas, nas palavras de Andrey Ferreira:

O objetivo das ocupações é a revisão dos limites das terras no sentido de sua ampliação e a demarcação das terras reivindicadas como indígenas. Nesse sentido, ela afeta diretamente duas das principais bases da política indigenista e do regime tutelar: o padrão de territorialização e o modo de inserção na estrutura de classes (já que o aumento das terras e dos recursos pode permitir uma alteração na condição econômica). (FERREIRA, 2013. Pag. 102)

Muito mais que uma luta pela terra – nos seus mais diversos significados como foi tratado no início do texto – as retomadas são uma luta pela manutenção e reprodução da vida indígena. São um processo para se reapropriar de tudo que lhes foi roubado para além da terra, é um resgate cultural e religioso da vida e uma efetivação dos seus direitos. É uma luta que ocorre para além do que é legalmente garantido, mas pelo que é realmente justo e que pode ser facilmente comprovado historicamente.

*Mas como ocorre de fato a retomada?* Essa foi uma das perguntas que me acompanhou durante toda a pesquisa. A retomada Terena é sempre previamente planejada, organizada e discutida coletivamente, as estratégias que serão utilizadas e a divisão de tarefas são pensadas de forma a reduzir danos e aumentar a eficácia da ação. Em várias conversas me falaram sobre o caráter coletivo das decisões na retomada, “a decisão não é do cacique, é da comunidade toda! Não é ele que fala “vamos” é a gente que decide como e quando”. Devo deixar claro que não posso detalhar as estratégias utilizadas

visto que o conflito ainda não chegou ao seu fim e que toma contornos cada vez mais violentos, seja de forma simbólica ou material, a ascensão de Jair Bolsonaro a presidência do país torna o cenário político ainda mais desfavorável aos povos indígenas. A cada dia vemos um novo caso de indígenas de retomada (não apenas Terenas ou no Mato Grosso do Sul) morrendo, sendo ameaçados e/ou mutilados. Acredito que fica claro que seria antiético, irresponsável e possivelmente encarado como uma traição “entregar” suas táticas de resistência de forma detalhada. Todo cuidado ainda é pouco.

Apesar de não poder revelar as estratégias utilizadas nas retomadas, essas foram divididas em quatro categorias por Andrey Ferreira, tendo como base as informações divulgadas em veículos de comunicação como o jornal Folha de São Paulo e o site do Instituto Socioambiental (ISA):

Podemos dizer que o uso frequente dessas técnicas permite que as agrupemos em quatro grandes categorias: 1) ocupação de terras; 2) sequestros (ou tomada de reféns); 3) bloqueio de estradas e rodovias; 4) ocupações de prédios públicos. Essas diferentes técnicas podem ser combinadas, de maneira que os índios sequestram carros e pessoas para realizar uma ocupação ou na sequência de uma. (FERREIRA, 2013. Pag. 102)

A estratégia de retomada de terras, da forma como ocorre hoje em dia, é um método de luta relativamente novo e que se consolida já nos anos 2000 e é tido como um dos últimos recursos para reaver territórios. As retomadas ocorrem, como dita anteriormente, quando os indígenas cansam de esperar uma resolução de seus problemas pelas vias da legalidade estatal, pois muitas vezes (como no caso da retomada em Buriti) tudo que o que falta para o andamento do processo de demarcação é uma assinatura da presidência da república, mas os interesses políticos e econômicos sobre terras indígenas “impedem” que tais decretos sejam assinados.

Na retomada da fazenda Buriti em 2013 os Terenas permaneceram em grande quantidade no território por cerca de seis meses para garantir sua posse, na atualidade algumas famílias mantêm residência permanente na região, mas boa parte da terra vem sendo utilizada para plantação de gêneros alimentícios. Após a retomada a área foi dividida entre as famílias presentes no processo,

seja para construção de residência, plantio ou criação de animais. Em uma entrevista com a Terena Matilda<sup>5</sup> me explicou que o fator que desencadeou a retomada foi a falta de espaço para a reprodução da vida:

*Quando eu era criança ainda tinha muito espaço, a gente escolhia onde ia fazer a casa ia lá e fazia, por isso a gente tomou essa decisão de retomar. Para roça então é pior ainda! Como você já deve saber a gente é um povo muito de plantar, a gente antes criava frango, porco tudo aqui agora não tem espaço porque as casas já estão tudo perto. Eles tiram nosso espaço de plantar e criar bicho para ai a gente ter que comprar tudo deles [fazendeiros]. (Aldeia Buriti, 2016)*

Além do temor constante de ataques o dia a dia da retomada ocorre em condições precárias, nas primeiras semanas se dorme ao relento ou embaixo de lonas, até que se tenha tempo para a construção de casebres de madeira e palha (essas geralmente construídas pelas mulheres). A sensação de medo é constante, “*foram duas semanas sem tirar a botina do pé*” me disse Jurandir<sup>6</sup> enquanto cuidava da sua roça de batata-doce na retomada, “*tinha medo até de dormir, a gente dormia no mato, na grama com risco de cobra e risco de tomar tiro de pistoleiro. É Deus na frente, a roupa do corpo, o facão para abrir o mato e a borduna<sup>7</sup> para se defender*”.

Buriti é um exemplo de território que passou por um processo intenso de apagamento da história cultural, linguística e religiosa. Em 2016 apenas uma pessoa falava a língua Terena fluentemente na aldeia e são poucos que ainda mantêm as práticas religiosas tradicionais, por muito tempo existiram proibições colocadas pelos fazendeiros e missionários na região sobre as práticas culturais tradicionais. A destruição de aspectos culturais e históricos é uma estratégia clássica no processo de colonização, pois facilita a tentativa de inserção deste povo na “nova sociedade nacional” destruindo sua identidade étnica e com ela seu pertencimento a um povo. A espoliação territorial acaba tendo influência

---

<sup>5</sup> Nome alterado para preservar a identidade.

<sup>6</sup> Nome alterado para preservar a identidade.

<sup>7</sup> Instrumento parecido com um cassetete feito de troncos de árvores geralmente espinhosas.

direta no processo de epistemicídio<sup>8</sup> do povo Terena, pois o território é essencial para que o modo de vida tradicional continue sendo praticado.

O processo de colonização das Américas foi intenso, cruel e violento de forma objetiva e subjetiva, tanto com os povos tradicionais que aqui já habitavam tanto com os negros que foram sequestrados e obrigados a atravessar o atlântico e foram escravizados nas colônias. A descolonização plena por consequência disso também não é – e nem poderia ser – um processo pacífico, como é colocado por Fanon:

A descolonização, que se propõe mudar a ordem do mundo, é, está visto, um programa de desordem absoluta. Mas não pode ser o resultado de uma operação mágica, de um abalo natural ou de um acordo amigável. [...] A descolonização é o encontro de duas forças congenitamente antagônicas que extraem sua originalidade precisamente dessa espécie de substantificação que segrega e alimenta a situação colonial. Sua primeira confrontação se desenrolou sob o signo da violência, e sua coabitação, ou melhor, a exploração do colonizado pelo colono foi levada a cabo com grande reforço de baionetas e canhões. (FANON, 1968. Pag. 28)

As retomadas de terra, e outras formas de resistência indígena, tendem a ser encaradas pela sociedade como processos violentos, ignorando a violência simbólica e física sofrida por esses povos desde a chegada dos brancos. Os dois casos mais explícitos de violência contra os Terenas ocorridos na retomada Buriti foram a morte de Oziel Gabriel Terena e o ataque a Joziel Terena, descrito no início do texto.

No dia 30 de maio de 2013 a Polícia Federal utilizou armas letais na tentativa de cumprir um mandato de “reintegração de posse” na retomada, diversos disparos de arma de fogo foram realizados contra os indígenas desarmados e um deles acertou Oziel Gabriel Terena no abdome. As ambulâncias que estavam no local não prestaram socorro e ele teve que ser carregado por outros indígenas e transportado para o hospital mais próximo

---

<sup>8</sup> Utilizando aqui a definição de Boaventura de Souza Santos “à destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas.” (SANTOS, 2009. Pag. 1)

(Sidrolândia) em um carro pessoal, Oziel faleceu pouco tempo após dar entrada no hospital em decorrência da hemorragia e dos ferimentos causados pelo tiro. Sua morte causou grande comoção e revolta entre os indígenas do estado e teve grande visibilidade na mídia local e nacional. A polícia federal e os “proprietários da fazenda” argumentavam que era impossível saber quem foi o autor do disparo, o Ministério Público Federal (MPF) instaurou um processo para analisar o ocorrido. Em outubro de 2016, mais de três anos após o ocorrido, o MPF concluiu que o disparo foi realizado por uma das armas usadas pela Polícia Federal, mas que não havia como identificar seu autor e o inquérito foi arquivado. O pedido de indenização feito pela família de Oziel foi deferido, porém o valor ainda não foi pago e não existe previsão de pagamento.

### **Brigando por dentro do Estado**

A atuação dos Terenas no âmbito político ocorre em duas frentes: no meio institucional (luta pelo que é legal) e na resistência guerreira (luta também pelo que é justo). Essa participação na política institucional, uma espécie de cogestão estatal indígena, é uma estratégia utilizada nos poderes executivo e legislativo a nível municipal, estadual e federal. A indicação de indígenas para cargos comissionados na FUNAI já foi até motivo para ocupação de prédios públicos e fechamentos de ruas, e as campanhas para candidatos indígenas costumam gerar grande mobilização nas aldeias Terena.

A estratégia de eleição de candidatos indígenas vem ganhando espaço nos últimos anos em diversas etnias, principalmente após a candidatura de Sonia Guajajara em 2018 a vice-presidência da república e o surgimento de encontros de parlamentares indígenas. Em 2008 foram 350 candidaturas indígenas no país com 78 eleitos<sup>9</sup>; em 2012 foram 98 indígenas eleitos<sup>10</sup>; já em 2016 foram 1532 candidaturas indígenas com 114 eleitos<sup>11</sup>. As candidaturas

---

<sup>9</sup> Disponível em [http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2008/est\\_result/resultadoEleicao.htm](http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2008/est_result/resultadoEleicao.htm) (Acessado em 11/05/2017)

<sup>10</sup> Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/cresce-numero-de-indigenas-eleitos> (Acessado em 11/05/2017)

<sup>11</sup> Disponível em [http://radioyande.com/default.php?pagina=blog.php&site\\_id=975&pagina\\_id=21862&tipo=post&post\\_id=638](http://radioyande.com/default.php?pagina=blog.php&site_id=975&pagina_id=21862&tipo=post&post_id=638) (Acessado em 11/05/2017)

indígenas foram lançadas pelos mais diversos partidos, inclusive por alguns que compõem a bancada ruralista, e as motivações que levaram esses indígenas a disputar um cargo no legislativo também são diversificadas.

A defesa de candidatos indígenas foi feita de forma contundente por diversas lideranças durante o Acampamento Terra Livre (ATL), ocorrido em Brasília em abril de 2017, porém tal proposta divide opiniões a nível nacional não existindo consenso sobre o uso ou não dessa tática. O incentivo ao “voto étnico” é algo forte dentro das aldeias Terena como pude observar em Buriti e na aldeia Bananal da TI Taunay e também é observado na aldeia de Cachoeirinha.

Os Terenas de Buriti foram, de certa forma, vanguarda desse processo tendo eleito em 2008 o vereador Rodrigues (PT) e em 2012 e 2016 o Professor Eder (PMDB), vereador mais votado na cidade no pleito de 2016 e atual presidente da casa. Atualmente dois dos nove vereadores de Dois Irmãos do Buriti são indígenas Terena, sendo o Professor Eder (PMDB) o representante da aldeia Buriti.

A aldeia Buriti usa a eleição de candidatos indígenas como estratégia para utilizar a verba pública do município para suas necessidades, como construção de escolas, postos de saúde e reformas dos espaços de lazer da aldeia. Em diversos momentos me afirmaram que “*o compromisso do Eder é com os Terena, com a aldeia, não com o partido*”, mostrando uma confiança muito grande de que Eder não usaria os Terena como “massa de manobra” ou “trampolim político”. O apoio a candidatos (indígenas ou não) nas eleições municipais é normalmente amplamente debatido na aldeia Buriti e o programa de campanha dos candidatos indígenas costuma ser construído tendo por base as reivindicações dos habitantes da aldeia, assim como o mandato como um todo.

A participação da política institucional é um ponto que causa discordâncias entre os indígenas, pois alguns acham que é necessário ocupar esses espaços de poder oficial enquanto outros acreditam que a luta deve ocorrer por fora do estado. Mario Ney Salvador, indígena Terena doutorando do



curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), sintetiza isso da seguinte forma:

Talvez um dos grandes dilemas do Movimento Indígena seja justamente a busca pela autonomia versus reconhecimento da autoridade do Estado e a busca constante por fazer parte deste estado ou mesmo do sistema, como por exemplo a ocupação de cargos políticos. (SALVADOR, 2016. Pag. 299)

### **O Conselho Terena e a organização pela base**

O diálogo político entre diferentes etnias e a criação de estratégias coletivas de luta é essencial para que a resistência ao avanço do colonialismo seja eficaz e se tenha o menor número possível de perdas materiais e físicas durante os conflitos.

A partir dos anos 70 começaram a ocorrer assembleias regionais e nacionais apoiadas pelo CIMI (BALTAZAR, 2013) um movimento indígena nacional fortificado começa a tomar corpo. Durante os anos 80 (principalmente após o fim da ditadura militar) várias federações indígenas surgem pelo país e algumas delas inclusive têm atuação central na luta pela garantia dos direitos indígenas na constituição federal de 1988.

Na atualidade a principal organização indígena do país é a APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, que nasce como resultado da articulação do movimento indígena chamada de Fórum Indígena Nacional de Lideranças Indígenas, durante o Acampamento Terra Livre (ATL) de 2005 no abril Indígena (BALTAZAR, 2013). Fazem parte da APIB as seguintes organizações indígenas regionais: Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), Conselho do Povo Terena, Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE), Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPINSUL), Grande Assembleia do povo Guarani (ATY GUASU), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e Comissão Guarani Yvyrupa.

A organização de base dos Terenas é o Conselho do Povo Terena, a entidade está presente em quase todas as aldeias, tem a participação de diversas lideranças e grande reconhecimento da base. Como em qualquer outro lugar, não existe uma visão hegemônica entre os Terena sobre como deve ocorrer a relação com o Estado e o processo de resistência (e se o mesmo deve ocorrer), os grupos locais divergem sobre que tipo de alianças devem ser feitas com o governo, em qual momento e sobre pontos nos quais se pode ceder. O Conselho Terena integra a APIB e tem assento na Organização das Nações Unidas (ONU) o Conselho é em suas próprias palavras:

É organização tradicional indígena formada por lideranças indígenas que nos últimos anos fizeram o enfrentamento na luta pela demarcação de terras indígenas. Além das grandes assembleias, o Conselho Terena tem atuado na defesa judicial dos direitos dos povos indígenas. (CONSELHO TERENA, 2016)

A instância máxima de deliberação do conselho é a Hánaiti Ho'únevo Terenoê – Grande Assembleia do Povo Terena, que ocorre semestralmente e conta com representantes de todas as aldeias que compõe o Conselho, além de convidados de outras etnias, representante de organizações que apoiam a causa indígena (CIMI, Comissão Pastoral da Terra entre outras) e membros de órgãos do governo ligados a questão indígena como FUNAI e Ministério Público. A Grande Assembleia “ressurge” em julho de 2012 na TI Taunay/Ipeg após 117 anos sem ocorrer, digo “ressurge”, pois de acordo com os anciões esse encontro entre as lideranças Terenas de diferentes aldeias era algo comum em tempos antigos.

A Assembleia é um espaço de discussão e tomada de decisões sobre assuntos como educação; saúde; processo de demarcação de terras; retomadas de terras, e claro de confraternização e celebração de sua cultura. Mario Ney Salvador traz a definição da Grande Assembleia da seguinte forma:

A Grande Assembleia Terena é uma proposta reconfigurada e ampliada das reuniões Terena visando fortalecer os laços interétnicos, fazer ouvir a voz Terena e traçar objetivos e interesses comuns para os grupos indígenas no Mato Grosso do Sul, através da participação do movimento de base, da aproximação

das lideranças, das pessoas e das aldeias uma das outras, e da luta e ação direta. (SALVADOR, 2016. Pag. 294)

Sem essas entidades a mobilização indígena, em nível local ou nacional, não teria a mesma eficácia e provavelmente os resultados seriam bem inferiores aos atingidos com tal união. As assembleias Terenas e o Acampamento Terra Livre são espaços essenciais para a definição de estratégias e resolução de conflitos internos de forma mais segura e sem influências externas em seus processos de decisão, assim como tomar conhecimento das condições objetivas das aldeias dos parentes e da situação da população indígena como um todo no país.

### **Considerações Finais**

Com esse artigo é uma tentativa de compreender as estratégias de resistência dos Terena ao avanço da fronteira agropecuária sobre seus territórios e do colonialismo sobre seus corpos e mentes, auxiliar na divulgação dos ataques covardes sofridos por eles na tentativa de alcançar algum tipo de justiça e, além de tudo, buscar forças para continuar na defesa da antropologia, da ciência e daqueles que são mais impactados pelo capitalismo e pelo colonialismo.

É sempre importante lembrar que a luta dos Terenas é para reaver seus territórios que são deles por direito, como é colocado por João Pacheco de Oliveira:

Contudo cabe frisar que o direito dos índios é *originário*, ou seja, decorre de sua conexão sociocultural com os povos pré-colombianos que aqui habitavam. Tal direito não procede do reconhecimento pelo Estado (nem é anulado pelo não-reconhecimento), mas decorre do próprio fato da sobrevivência atual dos grupos humanos que se identificam por tradições ancestrais e que se consideram como etnicamente diferenciados de outros segmentos da sociedade nacional. (OLIVEIRA, 1998. Pag. 50)

Feita a análise da importância econômica da região centro-oeste, e especialmente do estado do Mato Grosso do Sul, e comparando estes dados com aqueles de violência contra os povos indígenas é possível ver o MS como o

principal centro do conflito agrário no Brasil. O estado possui a segunda maior população indígena do país e é o que mais tem casos de violência contra a pessoa indígena, mostrando a explícita relação entre o avanço da fronteira agropecuária e o aumento dos índices de violência no campo.

Tratei também dos três processos de territorialização pelos quais os Terenas de Buriti passaram: o primeiro durante e após a guerra do Paraguai; o segundo com a política oficial de aldeamento do SPI; e o terceiro e atual que é a situação de retomada de terra. A situação de retomada, foco principal desta pesquisa, foi a resposta encontrada para enfrentar o processo de espoliação de suas terras que vem ocorrendo desde que as primeiras colônias de exploração foram estabelecidas em terras brasileiras. A realidade das retomadas é intensa, cruel e perigosa, pois os ataques de jagunços são constantes, além da violência policial durante as reintegrações de posse que, como foi dito, resultou na morte de Oziel Gabriel Terena.

Esses ataques, porém, não conseguiram impedir os processos de organização e mobilização indígena nas bases de suas aldeias, prova disso são as lutas travadas pelo Conselho Terena e a APIB e os espaços de encontro e deliberação destas entidades que são a Grande Assembleia do Povo Terena e o Acampamento Terra Livre. Apesar de divergências internas a organização indígena pela base vem prevalecendo e agregando cada dia mais forças na luta pela autodemarcação de territórios e pelas retomadas de suas terras de ocupação tradicional.

Reforço a análise de Andrey Ferreira de que a situação de retomada é um novo tipo de territorialização dirigido pelos indígenas com base em suas demandas e em seu protagonismo étnico. As retomadas não se resumem a questão territorial, mas são também um processo de resistência ao epistemicídio sofrido pelos Terena e ao avanço do capitalismo sobre seus territórios e culturas. O Conselho Terena e a Grande Assembleia do Povo Terena são espaços essenciais para a articulação de todo o processo de resistência desse povo.

Espero com este trabalho poder contribuir com os estudos sobre a situação de retomada e dar maior visibilidade à situação da TI Buriti. Tanto a situação em que se encontra o processo de demarcação de suas terras de ocupação tradicional quanto para os ataques que eles sofreram e continuam a sofrer, para que seja feita a justiça para Oziel Gabriel e Josiel Terena. “*A nossa luta continua, nem que seja até a morte*”.

## Referências Bibliográficas

ALARCON, Daniela. *O Retorno da Terra: As retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia*. 343 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2013.

AZANHA, Gilberto. *As Terras Indígenas Terena no Mato Grosso do Sul*. *Revista de Estudos e Pesquisas v.2*. Brasília: FUNAI, 2005.

BALTAZAR, Paulo. *Movimentos Indígenas*. In: URQUIZA, Antonio H. Aguilera (org.). *Culturas e Histórias dos Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Editora Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2013.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Urbanização e Tribalismo: A Integração dos Índios Terena Numa Sociedade de Classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968

\_\_\_\_\_. *Do Índio ao Bugre*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976.

\_\_\_\_\_. *Índio e o Mundo dos Brancos*. 3ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

CLASTRES, Pierre. *A Sociedade Contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify, 2003 [1964].

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. *Os direitos do índio, ensaios e documentos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. *Tutela e Resistência Indígena: Etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. *Mudança Cultural e Afirmação Identitária: a antropologia, os Terena e o debate sobre aculturação*. Rio de Janeiro: UFRJ/MN-PPGAS, 2002. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, MN-PPGAS.

OLIVEIRA, Jorge Eremites & PEREIRA, Levi Marques. *“Duas no pé e uma na bunda”*: da participação terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à

luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti. Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 1. Dourados: UFGD, 2007.

\_\_\_\_\_. *Terra Indígena Buriti: perícia antropológica, arqueológica e histórica sobre uma terra terena na Serra de Maracaju, Mato Grosso do Sul*. Dourados: Editora da Universidade Federal da Grande Dourados, 2012.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. *O Nosso Governo: Os Tikuna e o Regime Tutelar*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

\_\_\_\_\_. *Indigenismo e Territorialização: Poderes, Rotinas e Saberes Coloniais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998

PEREIRA, Levi Marques. *Os Terenas de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica*. Dourados: Editora UFGD, 2009.

SALVADOR, Mario Ney Rodrigues. *Os Índios Terena a e Agroindústria no Mato Grosso do Sul: A Relação Capital-Trabalho e a Questão Indígena Atual*. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 2012. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

\_\_\_\_\_. A “HánaitiHo’ Únevo Têrenoe” (Grande Assembleia Terena): o protagonismo indígena e suas reformulações etnopolíticas. In: FERREIRA, Andrey Cordeiro (org.). *Pensamento e práticas insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI*. Niterói: Alternativa, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria de Paula. Epistemologias do Sul. *Revista Lusófona de Educação*, Coimbra, 13, 2009.

TÓFOLI, Ana Lúcia Farah de. 2010. *As retomadas de terras na dinâmica territorial do povo indígena Tapeba: Mobilização étnica e apropriação espacial*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará.

URQUIZA, Antonio H. Aguilera (org.). *Antropologia e História dos Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Editora Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2016.

XIMENES, Lenir Gomes. *Terra Indígena Buriti: Estratégias e performances Terena na luta pela terra*. Dissertação de Mestrado, Dourados: UFGD, 2011.

*Processo FUNAI/BSB nº 00465/9. Identificação e delimitação da revisão de limites: Grupos Técnicos constituídos pelas Portarias nº 533/PRES de 13/07/99, nº 946/PRES de 07/10/99 e nº 1.155/PRES de 13/11/00, coordenados pelo antropólogo Gilberto Azanha, 2001.*

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Relatório – Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2015. 2015